20/10/2026 • 10:25:13 • Exclusivos

ESPECIAL: BRASIL DEIXA DE SER CREDOR INTERNACIONAL COM DÍVIDA EXTERNA SUPERANDO US$ 400 BI

Por Eduardo Laguna

São Paulo, 20/10/2026 - Com o crescimento da dívida externa em ritmo superior ao das reservas internacionais, o Brasil perdeu a posição mantida por 19 anos de credor internacional. Dados do Banco Central (BC) indicam que as reservas, de US$ 402 bilhões (incluindo créditos brasileiros no exterior), já não cobrem todo o endividamento do País com o resto do mundo. Somando setor público, bancos e empresas, a dívida externa alcançou US$ 407,1 bilhões, maior nível em 40 anos de estatísticas.

Com isso, a dívida externa líquida, negativa de 2007 a 2025 - ou seja, deixando o Brasil em posição de credor -, voltou ao terreno positivo: US$ 5,1 bilhões, segundo o balanço mais recente, de junho (veja abaixo). O quadro não preocupa, por ora, economistas e agências de classificação de risco, mas é acompanhado com atenção pelo potencial de virar vulnerabilidade caso o déficit em transações correntes siga elevado e haja saídas relevantes de dólares. Um episódio desse tipo ocorreu no fim de 2024, quando o estresse do mercado com a política fiscal obrigou o BC a fazer a maior intervenção da história do regime de câmbio flutuante.

Analistas consultados pela **Broadcast** consideram improvável a dívida externa líquida voltar a ultrapassar a marca de US$ 70 bilhões, como acontecia duas décadas atrás, mas veem como plausível uma aproximação da marca de US$ 30 bilhões nos próximos dois anos.

Mesmo com exportações ampliando a entrada de dólares e com a desaceleração econômica limitando saídas via importações e remessas de lucros, o déficit em transações correntes ficou estruturalmente mais alto nos últimos anos. Pesam, entre outros fatores, o aumento de gastos com serviços como streaming, investimentos em criptoativos e o pagamento de dívidas a credores internacionais.

No ano passado, US$ 67,4 bilhões deixaram o País por transações correntes, considerando os saldos de comércio de bens e serviços e as transferências de renda ao exterior. O valor é mais que o dobro do déficit de 2023, de US$ 27 bilhões. A entrada de investimento estrangeiro direto ainda tem financiado esse déficit sem consumo de reservas e sem alta proporcional do endividamento, mas com folga menor.

Em 2025, o investimento direto superou o déficit em transações correntes em US$ 17,6 bilhões, bem abaixo do registrado dois anos antes, quando a diferença passava de US$ 38 bilhões. Em 2024, essa folga foi ainda menor, inferior a US$ 9 bilhões.

O economista-chefe da Monte Bravo, Felipe Tavares, avalia que o Brasil não está exposto a uma crise clássica de balanço de pagamentos, mas perdeu margem de manobra para absorver choques mais persistentes. "Acabou o argumento retórico e técnico de 'país credor líquido', usado há quase duas décadas junto a agências de rating e investidores estrangeiros", afirma. "A perda dessa almofada líquida reduz a margem de manobra para absorver choques prolongados sem repasse cambial ou pressão sobre os prêmios de risco soberano", acrescenta.

Dívida versus reservas - em US$ milhões

©Broadcast - Proibida a reprodução sem autorização.
Agência Estado - Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - 3º andar - CEP 02598-900 - São Paulo-SP.
Central de Atendimento - +55 (11) 3856-3500 / 0800-011-3000

Ano	Dívida Bruta	Reservas*	Dívida Líquida
2007	193.345	205.293	-11.948
2008	198.519	226.202	-27.683
2009	198.339	260.111	-61.771
2010	256.910	307.538	-50.628
2011	309.648	371.073	-61.425
2012	327.669	402.559	-74.890
2013	312.650	403.061	-90.411
2014	352.821	398.568	-45.747
2015	334.745	392.514	-57.769
2016	326.297	393.711	-67.413
2017	314.719	393.509	-78.790
2018	320.612	387.979	-67.367
2019	322.985	372.500	-49.514
2020	310.807	372.361	-61.553
2021	325.440	376.405	-50.966
2022	319.634	347.117	-27.483
2023	342.147	376.953	-34.806
2024	346.619	360.129	-13.510
2025	386.148	394.850	-8.702
2026**	407.103	402.019	5.083

Fonte: Banco Central (BC). *Inclui créditos no exterior. **dados de junho

Alimentada por investidores que buscaram diversificação fora dos Estados Unidos, a dívida externa subiu 27,4% no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acima do aumento de 15,8% das reservas, cuja evolução foi contida por intervenções do BC e pela valorização cambial.

Para Elisa Machado, economista-chefe da KAT Investimentos, o descompasso reforça a avaliação de que o Brasil deveria aproveitar janelas de forte entrada de investimento direto e maior estabilidade cambial para recompor reservas. "Comprar na calma é mais barato."

Como a dívida externa líquida representa menos de 0,3% do PIB e as reservas cobrem mais de três vezes os vencimentos de curto prazo, as métricas externas ainda apontam um País relativamente protegido do risco de fuga de capitais. Essa avaliação pode mudar se a desaceleração do investimento direto, por fatores como incertezas fiscais ou regulatórias, abrir uma lacuna no financiamento externo.

Para Felipe Kotinda, economista do Santander, o quadro atual não preocupa porque as reservas, embora não cubram integralmente a dívida externa, seguem elevadas e continuam entre os principais amortecedores da economia brasileira.

"A preocupação surgiria se observássemos uma tendência persistente de aumento da dívida externa líquida acompanhada de redução de reservas, ampliação do déficit em conta corrente ou maior dependência de financiamento externo", comenta. "Em termos históricos, o País continua muito distante dos níveis de vulnerabilidade observados há duas décadas", completa Kotinda.

Contato: eduardo.laguna@estadao.com

©Broadcast - Proibida a reprodução sem autorização.
Agência Estado - Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - 3º andar - CEP 02598-900 - São Paulo-SP.
Central de Atendimento - +55 (11) 3856-3500 / 0800-011-3000